

Destaque

Indústria têxtil pode aumentar vendas para o governo brasileiro

Sinditêxtil-SP




Recentemente, o Exército do Brasil comprou uniformes da China, o que contrariou empresários e profissionais do setor têxtil nacional, que garantem ser capazes de atender às necessidades das Forças Armadas. No entanto, a legislação brasileira não tem tratado a indústria nacional de forma isonômica, pois a nova forma de pregão eletrônico inverteu o processo de avaliação. Antes, no pregão presencial, num processo de licitação eram consideradas as qualificações técnicas e somente depois eram abertos os preços. Hoje, a realidade é outra, pois primeiro são abertos os preços para somente depois avaliar a qualificação técnica do produto. Assim, cada vez mais empresas vencedoras (importadores, e não fabricantes) de grandes licitações públicas estão utilizando produtos estrangeiros, principalmente asiáticos, sob condições desequilibradas, inclusive de impostos.

A questão foi abordada durante encontro realizado pelo Sinditêxtil-SP, em junho, na capital paulista, reunindo a Força Aérea Brasileira (FAB) e empresários com o intuito de incrementar as relações comerciais entre as Forças Armadas e o setor têxtil. O evento "Compras Governamentais como Instrumento de Desenvolvimento da Indústria Nacional" contou com o apoio da ABIT e da FIESP, tendo como público-alvo empresários atuantes no segmento de roupas profissionais e militares da área de compras e suprimentos da FAB, além de representantes das outras forças armadas e polícias militares. As alterações na Lei de Licitações, que tramita no Congresso, também estiveram na pauta de discussões.

O deputado federal José Eduardo Cardoso (PT-SP), que integra a Comissão Especial de Licitações e Contratos da Câmara, disse em sua palestra que embora as premissas atuais da Lei de Licitações sejam a probidade e a isonomia, é preciso que a Lei seja adequada ao cenário atual. "Alterar a Lei de Licitações é muito desafiador no mundo político.

É preciso incentivar a criação de uma política de defesa do mercado nacional, buscando aparelhar as leis. O setor público e o privado devem buscar esse diálogo", comentou o parlamentar.

Baseado na Constituição Federal, o departamento Jurídico do Sinditêxtil-SP também defende que a soberania nacional seja incluída na nova Lei de Licitações. "Estabelece a Constituição Federal ser fundamento da República Brasileira, e princípio da ordem econômica, a soberania nacional, ou seja, os atos da administração pública devem sempre observar os interesses nacionais, inclusive com relação às contratações para aquisição de produtos ou serviços", comenta o advogado do Sindicato, Oziel Estevão. "Torna-se evidente o interesse nacional na aquisição de produtos fabricados no Brasil pela Administração Pública, já que desta forma há incentivo ao desenvolvimento da tecnologia e da autonomia científica do País", acrescenta.

Ele destaca que alguns artigos da Lei de Licitações corroboram para defesa do interesse nacional. "O parágrafo 2º, do artigo 3º, diz que em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços: produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional; produzidos no País; produzidos ou prestados por empresas brasileiras e produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País", reforça o advogado.  pág. 3



Prezado companheiro,

O governo brasileiro já sinalizou a intenção de elevar a TEC (Taxa de Exportação Comum) de 20% para 35%, mesmo que não haja consenso entre todos os países membros do Mercosul sobre o assunto e tenhamos que solicitar “waiver”. Para os têxteis, a elevação de 18% para 30% é uma medida compensatória dentre tantas desvantagens que temos em relação a nossos competidores, principalmente asiáticos. Isoladamente, não resolve, mas faz parte de uma série de outras medidas para garantir a isonomia competitiva. Já dissemos em outras ocasiões e reafirmamos que somos contra a proteção comercial, mas não é possível enfrentar essa concorrência tão desleal com os asiáticos. Acreditamos, contudo, que o aumento da alíquota

para 35% deverá segurar um pouco a avalanche de importações de produtos asiáticos, que tem causado estragos no mercado interno.

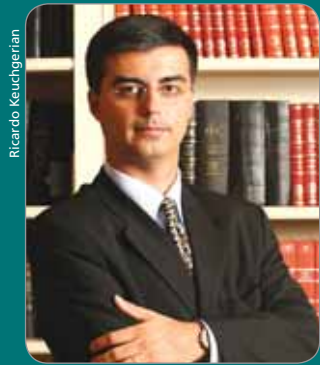
Contudo, não basta cuidar apenas dos importados, temos que desonerar a produção e incentivar as exportações com acordos de acesso aos principais mercados consumidores. E, por conta disso, inclusive, realizamos uma audiência pública, em junho, e uma mobilização nacional, em abril, no Congresso Nacional, que sensibilizou deputados, senadores e empresários para as nossas reivindicações. Os detalhes desses eventos estão nesta edição do “Sinditêxtil em Notícia”. E por falar em Brasília, aproveitamos para anunciar que já temos nosso representante na capital

federal. Eduardo Macedo será o responsável por estreitar o relacionamento entre parlamentares e representantes do setor têxtil, entre outras ações.

Também neste número, trazemos informações sobre as mudanças na Lei de Licitações, a criação de novos Comitês Setoriais em parceria com a ABIT, a nossa participação em importantes eventos, os dados atualizados nos Indicadores de Economia e Comércio Exterior, e muito mais.

Boa leitura e até a próxima.

Rafael Cervone Netto
Presidente do Sinditêxtil-SP



Ricardo Keuchgerian

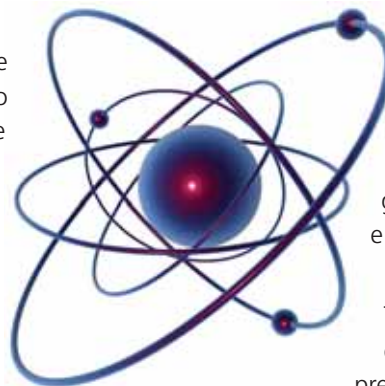
Sindicato estuda parceria com **INTEXTER**

Terrassa é uma cidade catalã localizada a quase 30 km de Barcelona, na Espanha. Lá está o Instituto de Investigação Têxtil e de Cooperação Industrial – INTEXTER, que é considerado um dos mais importantes centros de desenvolvimento de tecidos inteligentes e nanotecnologia do mundo. Em recente visita ao local, que é integrado à Universidade Politécnica de Catalúnia, o presidente do Sinditêxtil-SP, Rafael Cervone Netto esteve reunido com o diretor do Instituto, professor Josep Valdeperas Morell e foi dado início a um convênio de cooperação mútua entre Sinditêxtil-SP/ABIT e o Instituto.

Entre outras ações, está sendo estudada a possibilidade de concessão de bolsas de estudo no Instituto para profissionais brasileiros que atuem no segmento têxtil e de confecção. “Estreita-

mos significativamente nosso relacionamento com este importante centro internacional de pesquisa. De agora em diante, as empresas associadas ao Sinditêxtil-SP poderão contar com o Centro para o desenvolvimento de novos produtos, como tecidos inteligentes, por exemplo”, anunciou Cervone.

Na pauta da reunião, Meio Ambiente e Inovação Tecnológica foram temas de destaque. No primeiro caso, houve troca de informações a respeito de tratamento de lodos, reutilização de banhos de tinturaria, absorção atômica dos metais, análise de toxicidade e compostagem de resíduos de efluentes.



Num outro momento, a reunião tratou do trabalho de micro-encapsulado para lavagem, tecidos inteligentes e acabamentos especiais.

“Sem dúvida, o INTEXTER é o Instituto europeu que está mais preparado, a curto prazo, para atender as demandas de nossas indústrias, pois já desenvolvem pesquisas focadas no segmento têxtil, no que se refere à inovação e nanotecnologia. Acredito que a parceria seja uma oportunidade para que as empresas associadas ao Sinditêxtil-SP tenham acesso a essas novas tecnologias de maneira prática e objetiva”, analisa o gerente de Infra-Estrutura e Capacitação Tecnológica do Sindicato, Sylvio Napoli. **RS**

Oziel Estevão informou, ainda, que o Sinditêxtil-SP está desenvolvendo uma série de sugestões à nova Lei de Licitações (**veja Box**) e que já está sendo providenciada, inclusive, uma agenda com representantes do Governo para que as propostas ao Projeto sejam apresentadas.

Mudanças - Com o intuito de agilizar o sistema licitatório e aumentar a transparência e eficiência das compras públicas, a Lei de Licitações passa por uma série de alterações. Desde que foi promulgada, em 93, muitas evoluções na área de contratações governamentais ocorreram como, por exemplo, o uso de sistemas eletrônicos, certificação digital e comunicação via Internet. A Lei, no entanto, não acompanhou tais evoluções.

“Vindo do Executivo, o Projeto de Lei 7709/07 sugere a intensificação do uso de meios eletrônicos para todas as modalidades de licitações (hoje somente a modalidade pregão é feita na forma eletrônica), maior agilidade na fase recursal, etc”, comenta Adriana Mendes O. de Castro, assessora do ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. “Na Câmara dos Deputados, o PL foi estudado por uma Comissão especial e recebeu algumas alterações. Já no Senado, o projeto recebeu o nº 32/07 e também foi modificado pela Comissão de Justiça e Cidadania e pela Comissão de Ciência e Tecnologia. Mas, ainda falta a votação no Plenário do Senado, que pode ocorrer a qualquer momento. Como houve mudanças no Senado, o projeto deve retornar para a Câmara dos Deputados para que ela se manifeste”, explica ela.

De acordo com o relator do PL, deputado Márcio Reinaldo (PP-MG), uma das inovações é a criação de uma página oficial da administração pública local na internet onde serão disponibilizadas as informações gerais de serviços do governo, incluindo os editais de licitação. “Com a criação desse site, a administração pública não será mais obrigada a publicar, em veículos de circulação nacional, os editais de licitação”, explicou o deputado. Os editais devem continuar sendo publicados na Imprensa Oficial.

Outra novidade, segundo ele, é a adoção do sistema de pregão (oferta por

lance em sessão pública presencial ou à distância, pela internet) em toda compra pública de bens e serviços feita a partir da proposta com menor preço, sem limite de valor. Contratação de obra de baixa complexidade também poderá ser feita por pregão até o limite de R\$ 340 mil. “O sistema eletrônico será uma forma de valorizar o processo de licitação, vai dar oportunidade para que muito mais gente apareça para concorrer. Hoje, muitas vezes, nas licitações, os editais são colocados em locais de difícil acesso. O sistema eletrônico vai abrir para todo o Brasil e vamos ter participação mais efetiva da micro e pequena empresa”, avaliou o relator. Segundo ele, hoje apenas 15% das micro e pequenas empresas são fornecedoras do poder público.

A assessora observa, ainda, que as opiniões sobre o tema são convergentes. “A administração pública federal, estadual e municipal, bem como os prestadores de serviços e fornecedores de bens

buscam, em regra, a melhoria das compras governamentais. O aprimoramento nos processos licitatórios deve se guiar por esta premissa”, ressalta.

Os empresários e profissionais têxteis afirmam que o setor tem fornecedores para as Forças Armadas. “A Cedro já fornece um terço de sua produção de uniformes para as polícias do Brasil, Eletropaulo, dentre outros. São uniformes e tecidos de proteção. É um contra senso o nosso exército, marinha e aeronáutica comprarem uniformes importados. Nós temos preço e qualidade tecnológica” declara Klécio Janduci, gerente da tecelagem Cedro Cachoeira. “Além de preço e qualidade, nós podemos fornecer a assistência técnica no próprio país, desenvolver produtos para o cliente da forma que ele necessita e realizar todos os testes” completa Armando Stella, gerente do Canal Workwear da Santista. **SS**

Com o objetivo de atender preceitos constitucionais e o interesse nacional, o setor têxtil elaborou as seguintes sugestões para a nova Lei de Licitações:

1. A possibilidade do Edital limitar a licitação a empresas nacionais, quando as compras governamentais tiverem como objetivo o atendimento aos Programas de Governo para geração de emprego e renda no Brasil e o desenvolvimento da indústria nacional, considerando o dever do governante da utilização dos recursos de que dispõe como instrumento de defesa do interesse nacional.
 - 1.1 - Neste caso, poderia o Edital conter previsão de que os produtos a serem fornecidos deverão ser produzidos no território nacional.
2. Como Critérios Mínimos de Aceitação das Propostas:
 - 2.1 - Os licitantes estariam obrigados a apresentar declaração de disponibilidade de todas as matérias primas necessárias para fabricação dos produtos a serem fornecidos, além da comprovação da procedência, que no caso de licitação no interesse nacional, deverá ser nacional e com matéria prima fabricada no território brasileiro.
 - 2.2 - Entre a documentação de habilitação, deverá ser apresentada declaração de conformidade na fabricação dos produtos de acordo com as normas legais aplicáveis, para o caso de produtos que dependam de fiscalização, normatização ou controle de algum órgão ou instituição, nos termos definidos em normas legais.
 - 2.3 - O Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE) da empresa licitante deverá ser compatível com seu objeto social e o fornecimento objeto da licitação.
3. No caso de licitação internacional, devem ser estabelecidos pré-requisitos aos licitantes, relacionados à forma como o país de origem dos produtos trata as relações de trabalho, a questão ambiental, bem como a reciprocidade com o Brasil, em relação ao objeto da licitação.

ICMS

O presidente do Sinditêxtil-SP, Rafael Cervone Netto, se reuniu com o vereador Cauê Macris (PSDB), a secretária de Desenvolvimento Econômico de Americana, Nilza Tavoloni, Fábio Cotait, da Santista Têxtil e o secretário estadual de Desenvolvimento, Alberto Goldman, em maio e julho, para tratar sobre assuntos do setor. A redução do ICMS para 7,0%, incluindo as confecções, e parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) para a implantação de projetos voltados ao aperfeiçoamento da produção de tecidos e confecções no Pólo Tecnológico das Indústrias Têxteis e de Confecção de Americana, Santa Bárbara d'Oeste, Nova Odessa, Sumaré e Hortolândia estiveram em pauta.



Fotos: divulgação

Inovações

Ajustes ao projeto de disseminação de inovações tecnológicas na cadeia têxtil de Americana, Sumaré, Nova Odessa, Hortolândia e Santa Bárbara D'Oeste foram discutidos durante reunião, na sede do pólo tecnológico da indústria têxtil e de confecção, em Americana, no mês de julho. O projeto conta com a parceria da Universidade Federal de São Carlos. Participaram da reunião o coordenador do Departamento de Economia do Sinditêxtil-SP, Haroldo Silva, os gestores de projetos da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Erasmo Gomes e Caetano Glavan Ulharuzo, diretor-técnico do Pólo de Americana, Osni Nobre, e o presidente da diretoria executiva do Pólo tecnológico da indústria têxtil e de confecção, Helton Jorge Filho.

Sustentabilidade

O Sinditêxtil-SP e a ABIT, em conjunto ao Instituto Ethos, criaram o Núcleo de Responsabilidade Social para promover a questão na cadeia têxtil e

Meio ambiente



Proteja por inteiro!

de confecção do Brasil e assim, torná-lo referência em responsabilidade empresarial. Coordenado por Rui Hess de Souza, da Dudalina, o Núcleo envolverá desde os colaboradores da Casa até os empresários do setor, por meio de várias ações. Entre elas, a realização de palestras sobre sustentabilidade.

Comitês

O Sinditêxtil-SP, em parceria com a ABIT, instalou o Comitê Setorial de Bonés e Camisetas. A reunião contou com a presença de representantes da ANIBB (Associação das Indústrias de Bonés, Camisetas, Brindes e Similares), o vice-prefeito de Apucarana, Waldemar Garcia, o diretor da ASFAB (Associação Seridoense dos Fabricantes de Bonés), de Caicó - RN, Jonas Araújo, entre outros. O Comitê pretende diagnosticar e tomar ações para consolidar esse setor que, hoje, emprega mais de 40 mil funcionários diretamente e atravessa um momento delicado por conta da concorrência com os chineses. O Sinditêxtil-SP e a ABIT também estudam a possibilidade de instalar, em breve, um Comitê de Moda e Engenharia Têxtil.



LDO

O deputado federal Vanderlei Macris conseguiu aprovar, no plenário do Congresso Nacional, destaque à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que garante aumento no financiamento para os setores têxteis, coureiro e calçadista. Para garantir a aprovação da emenda, Macris conseguiu mais de 80 assinaturas de parlamentares na Câmara e no Senado – eram necessárias 60 – para apresentação do destaque que propõe financiamento para esses segmentos, tendo como meta o crescimento de 50% das aplicações destinadas aos setores têxteis, moveleiro e coureiro-calçadista em relação à média dos três últimos exercícios. Para o deputado Macris, o fato do destaque ter sido acatado representa uma vitória para esses setores tão sacrificados, principalmente, pela desvalorização cambial e a alta carga tributária. “Estamos aguardando agora, com ansiedade, a desoneração da folha de pagamento aos setores intensivos em mão-de-obra que inclui entre outros, têxteis, calçados e móveis”.



Associados

Confira, abaixo, as empresas que se associaram ao Sinditêxtil-SP recentemente:

- Mapol Comércio, Importação e Exportação
- Incofio Fios Especialidades
- Stampart Brasil em Tecidos
- Flexnyl Indústria e Comércio
- Tasa Tinturaria Americana
- Microdata Sistemas
- Er Gestão de Marcas e Participações
- YKK do Brasil
- Coteminas
- Golden Química do Brasil
- Bazan & Fonseca Indústria e Comércio
- Freudenberg Não Tecidos

Têxteis orgânicos: uma nova realidade

No final do século XX, com o grande desenvolvimento da agricultura extensiva, a cotonicultura de subsistência existente no Brasil sofreu graves consequências com o surgimento de pragas como o bicudo, cedendo lugar a produção em alta escala. Como consequência, o Cerrado brasileiro passou a ser ocupado por monoculturas de grandes extensões, onde o uso indiscriminado de agrotóxicos e desfoliantes químicos possibilitou a colheita mecanizada e reduziu a oferta de trabalho no campo, além de trazer sérios problemas sociais e ambientais. O algodão convencional passou a ser uma commodity no mercado mundial e, desde então, o seu cultivo sem o uso de adubos químicos, agrotóxicos e sua colheita manual tiveram continuidade em pequenas regiões do País.

“Mesmo com o isolamento, este algodão não pode ser considerado orgânico, pois não passou por um processo de certificação, o que torna difícil avaliar se ocorreu ou não o uso de produtos proibidos na lavoura e também nas outras culturas em sistema de rotação, cultivadas na mesma área agrícola. A rigor, somente a lavoura de algodão inspecionada e certificada por

uma organização credenciada internacionalmente pela IFOAM (International Federation of Organic Agriculture Movements) e com ISO 65, a norma ISO das certificadoras, está autorizada a receber o selo orgânico”, explica Alexandre Harkaly, diretor do IBD - Instituto Biodinâmico, que é a única entidade brasileira das poucas habilitadas internacionalmente a conceder a certificação para produtos orgânicos, inspecionando todos os atores e elos da cadeia produtiva certificada.

Atualmente, um dos principais problemas ambientais encontra-se na cadeia têxtil convencional da fibra de algodão, pela grande quantidade de adubos químicos e agrotóxicos empregados nesse tipo de cultivo, além do uso de substâncias tóxicas e nocivas utilizadas para alvejar e tingir os produtos têxteis nas etapas de acabamento industrial. Somente no final do século XX diferentes segmentos da indústria têxtil deram origem aos “têxteis orgânicos”, que consideram o impacto ambiental na produção da matéria-prima e também no seu processamento industrial. Hoje, a produção de fibras orgânicas concentra-se no algodão.



Joaninha em folha de algodão comendo pulgões: controle biológico de pragas

No Brasil, a pesquisa e a tecnologia para agricultura familiar já estão consolidados e esforços para a expansão de produções de maior escala já mostram resultado. Já existem dois projetos com lançamentos em 2007: Coexis/YD com a coleção NOW e a Natural Fashion, que trabalha a partir deste ano com sua primeira coleção em algodão colorido do nordeste brasileiro certificado como orgânico.

A norma brasileira para orgânicos ainda não foi assinada pelo presidente da República. “A demora do governo em assinar o decreto de regulamentação tem sido um entrave ao pleno desenvolvimento da agricultura orgânica no Brasil, enquanto o resto do mundo aproveita deste novo mercado, ficamos para trás”, reforça o diretor do IBD.

Em agosto, o Sinditêxtil-SP realizará uma palestra sobre o Algodão Orgânico com a participação de especialistas no tema. Mais detalhes sobre o encontro estarão disponíveis, em breve, no site do Sindicato. **RS**

sta

Santa Constancia

Alpargatas: 100 anos de tradição

Foi no Egito antigo que nasceram as primeiras sandálias, que serviram de inspiração para o visionário Robert Fraser. No fim do século XIX, Robert, filho de Douglas Fraser, sócio-fundador da firma Fraser & Sons e responsável pela primeira máquina de trançamento de juntas, resolve mecanizar e industrializar a confecção do sapato. Associado



divulgação

a Juan Etchegaray, Robert instala em 1907, na Argentina, sua primeira fábrica. Nasce a Sociedad Anonyma Fábrica Brasileira de Alpargatas e Calçados, atualmente conhecida como São Paulo Alpargatas S.A.

Mais tarde, associam-se ao grupo inglês Edward Ashworth & CO. para iniciar a construção da fábrica no Brasil. Escolhem a região do Brás para abrigar a fábrica, já que se tratava de uma região operária. Outro ponto a se pensar foi o fácil acesso aos trilhos da estrada de ferro, facilitando o escoamento e recebimento de matérias-primas e produtos. Fabricando lonas, chinelos e tecidos, a fábrica 1 começa a sua produção em 1908.

Entre as décadas de 10 e 40, apesar dos problemas que aconteciam no mundo, guerras, crise econômica, falta de matéria-prima, a companhia não

deixou de crescer. As reformas no início de 1941, como a alteração de seu nome para São Paulo Alpargatas S.A e a introdução de um programa de serviços sociais para seus funcionários, foram provas disso. Ainda nos anos 40 foi concluída a construção da fábrica 2, na Mooca, com sete andares equipados com tecnologia anti-tremor, por conta do movimento repetitivo dos teares automáticos. Na década de 50, as vendas aumentaram consideravelmente e a São Paulo Alpargatas consolidou-se nos ramos calçadista e de confecções.

Em 1982, a Alpargatas entra no novo milênio como líder nos segmentos em que atua: sandálias, lonas e calçados esportivos. Em 2003, cria o Instituto Alpargatas, com o propósito de auxiliar na educação de crianças e adolescentes carentes por meio do esporte, entre outras ações sociais. **SS**

Notícia

Têxteis participam de Audiência

O Sinditêxtil-SP, juntamente com a ABIT e representantes de sindicatos de trabalhadores do setor têxtil, apresentou aos deputados federais e autoridades do governo as principais reivindicações do setor que enfrenta grave crise. Só em 2006, foram fechados 100 mil postos de trabalho em função da desvalorização do dólar norte-americano frente ao real e também devido à competição com as importações ile-

Setor Têxtil realiza Audiência Pública



Fotos: Luiz Alves

gais de produtos asiáticos. O assunto foi debatido em audiência conjunta das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e de Finanças e Tributação da Câmara, na Câmara dos Deputados, em junho.

O deputado Rocha Loures (PMDB-PR), autor do requerimento para a realização da audiência juntamente com o deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP), disse que aguarda uma sinalização do ministério da Fazenda com relação ao mecanismo de desoneração na folha de pagamento para o setor têxtil, vestuário e confecção. "Sem que haja uma medida clara neste setor nós não conseguiremos manter os postos de trabalho que hoje a indústria têxtil garante à economia brasileira na escala de 1,65 milhão de

empregos, sendo o segundo maior empregador do país", diz o parlamentar.

Durante o encontro foram discutidas ainda as medidas de fortalecimento da indústria anunciadas pelo governo no dia anterior ao evento e já publicadas, recentemente, na MP 382. Entre elas, linhas de crédito na ordem de R\$ 3 bilhões e antecipação de crédito do PIS e Cofins para aquisição de bens de capital. Outras medidas, como a tributação específica das importações de vestuário que deixa de ser feita sobre o valor da mercadoria importada e passa a ser feito sobre o produto, com base na quantidade de peças importadas, ainda aguardam publicação pela Receita Federal.

O presidente do Sinditêxtil-SP, Rafael Cervone Netto, considerou a audiência importante na medida em que expõem para a sociedade as dificuldades e rei-

Coats Corrente: um século de pioneirismo

O centenário da Coats Corrente está marcado por uma série de pioneirismos que a colocaram no topo do ranking nacional de Linhas de Costura para uso doméstico e industrial, Linhas de crochê, de tricô, agulhas, alfinetes, e na vice-liderança em zíperes: primeira empresa de atuação global a se instalar no Brasil, primeira empresa a criar uma creche para os filhos das funcionárias e a primeira no setor têxtil brasileiro a implantar um Programa de Participação nos Lucros da empresa.

As famílias Clark e Coats, antes concorrentes na fabricação de linhas de algodão, se uniram, em 1896, e ganharam o mundo, literalmente. A Coats e Clark, marca escocesa, foi a primeira multinacional do mundo. Chegou no Brasil em 1907 e instalou-se no bairro do Ipiranga, criando a fábrica que tem o mérito de ser a unidade fabril de larga escala mais antiga do grupo. Hoje,

na América do Sul, são sete fábricas em três países (Brasil, Peru e Colômbia) e mais de 3.800 funcionários.

Na área ambiental a empresa contribui, desde 1997, na reutilização dos 60 mil metros cúbicos de água usados nos processos de tingimento e alveijamento, reduzindo custos e liberando o consumo de água potável para milhares de pessoas. A empresa ainda mantém uma Política de Meio Ambiente e um Sistema de Gestão Ambiental interno

Hoje, o Grupo Coats Holdings Ltda. está presente em mais de 60 países, com 90 fábricas, com 25 mil funcionários dos cinco continentes. As mudanças no cenário têxtil mundial ao longo desses 100 anos impulsionaram o crescimento da Coats no mercado interno, tornando-a única líder durante todo esse período dentre as 50 empresas que atuam no segmento. Apenas 10% da sua produção destina-se a exportações. De ca-

pital fechado, o Grupo fatura cerca de US\$ 1,6 bilhão ao ano, dos quais a Ásia e a Europa representam 32% cada, a América do Norte representa 22% e a América do Sul representa 13%. A cada quatro horas o Grupo produz um volume linear de linhas capaz de ir até a lua e voltar. ¶¶



divulgação

Pública em Brasília

vindicações do setor. “Nós não precisamos de nenhuma medida superficial, precisamos apenas de isonomia, de condições de igualdade de competição. Isso envolve um implacável combate à importação ilegal e desleal, acordos comerciais com os principais mercados do mundo e a desoneração tributária.”

Em abril, o setor têxtil também esteve no Congresso Nacional na tentativa de chamar a atenção dos parlamentares à problemática do setor, através de uma manifestação que reuniu empresários e trabalhadores do setor de todas as regiões do país, além de centenas de pessoas, entre deputados federais, senadores, entre outros. O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, participou do evento, que faz parte do Movimento Emprega Brasil – Mobilização Nacional do Setor Têxtil e Vestuário, e que

teve início no ano passado. O objetivo é defender os empregos e a produção da indústria nacional.

Durante o encontro, o grupo de empresários entregou aos parlamentares um documento com informações do setor para a economia, o potencial da área e a capacidade de geração de empregos. Os empresários têxteis, nesse período, também foram recebidos pelos ministros Miguel Jorge, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Dilma Rousseff, Casa Civil; Celso Amorim, Relações Exteriores; Carlos Lupi, do Trabalho e Emprego; Walfrido Mares Guia, das Relações Institucionais; e Luiz Marinho, da Previdência Social, e Jorge Rachid, secretário geral da Receita Federal. “Foram reu-

niões extremamente produtivas. Sentimos que houve sensibilização da parte de todos eles, pois sabem da importância das mudanças que precisamos hoje”, relatou Cervone “Certamente os anúncios feitos nos últimos meses já refletem resultados das nossas mobilizações”, adicionou. ¶¶



Manifestação do setor no Congresso Nacional

➤ Produção Industrial

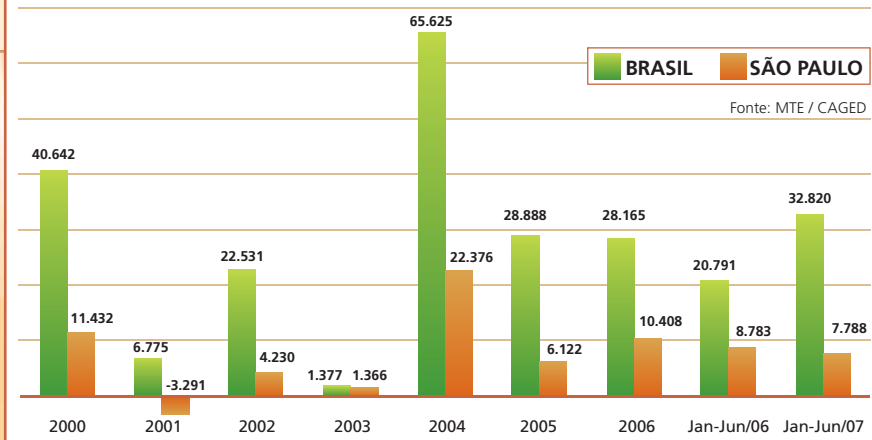
A produção física industrial do Estado de São Paulo apontada pelo IBGE na última Pesquisa Industrial Mensal, em maio, sinaliza que a indústria de transformação cresceu apenas 3,37%, em comparação com o mesmo período do ano anterior. O segmento têxtil foi o que obteve o maior desempenho crescendo 9,57% em relação ao período em questão. Já o vestuário e acessórios obteve um avanço de apenas 0,83% quando comparado a Janeiro-Maio/06.



➤ Mercado de Trabalho

O nível de ocupação conforme a Pesquisa Industrial Mensal Emprego e Salário divulgada pelo IBGE indica que não houve uma melhora significativa no quadro atual do mercado de trabalho da Cadeia Têxtil e de Confecção paulista. Os dados apontam para um cenário de pouca evolução no emprego. O segmento têxtil, em maio, avançou 5,23%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Já o vestuário, que não obteve bom desempenho em 2006 não se recuperou e caiu 1,90%, em maio. Nos primeiros cinco meses de 2007, o segmento têxtil-vestuário gerou 6.992 novos postos de trabalho com carteira assinada contra 7.536 novos postos no período janeiro-maio/06, com queda de 7,22%.

Geração de Emprego Têxtil / Confecções - Comparativo Brasil / São Paulo



Indicadores • Comércio Exterior

Nos primeiros seis meses de 2007, as exportações de produtos têxteis e confeccionados do Estado de São Paulo apresentaram aumento de 7,15% em termos de valor e 4,51% em termos de volume, em relação ao mesmo período do ano de 2006. Destacaram-se, em termos de valor: Fibras de Viscose (+171,52%), Filamentos de Poliamida (+19,69%), Vestuário (+4,90%), Falsos Tecidos Artificiais e Sintéticos (+30,49) e Linhas de Costura (+21,58%).

São Paulo continua sendo o principal exportador do Brasil, e representou 27,32% do total das exportações brasileiras no primeiro semestre de 2007 em termos de valor, registrando US\$ 274,82 milhões.

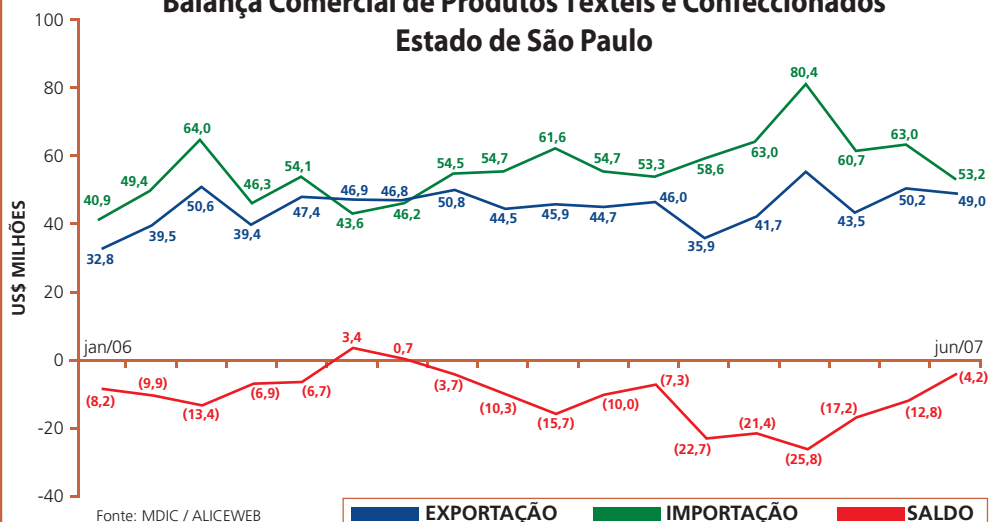
As importações de produtos têxteis e confeccionados do Estado paulista, nos primeiros seis meses de 2007 apresentaram crescimento de 27,03% em termos de valor e 20,07% em termos de volume, comparadas ao mesmo período de 2006. Aumento, em termos de valor, nas importações de: Fios Artificiais e Sintéticos (+38,33%), Filamentos de Poliéster (+85,44%), Tecidos de Malha (+320,85%), Vestuário (+42,94%) e Roupas de Cama, Mesa e Banho (+116,23%). Entretanto, queda nas importações de Fibras de

Poliamida (-7,12%), Fibras de Acrílico (-31,58%), Fios de Juta (-22,29%) e Tecidos de Filamentos Sintéticos (-18,67%).

São Paulo encabeça a lista dos principais importadores brasileiros, com US\$ 378,95 milhões. O Estado apresentou déficit de US\$ 104,12 milhões em sua balança comercial de produtos têxteis e confeccionados no primeiro semestre de 2007.



Balança Comercial de Produtos Têxteis e Confeccionados Estado de São Paulo



Para mais detalhes, acesse "Dados Econômicos", no site www.sinditextilsp.org.br.